

# “Outro mundo é possível”: uma interpretação sobre o internacionalismo do neozapatismo

*“Another world is possible”: na interpretation  
on neozapatismo’s internationalism*

*“Otro mundo es posible”: una interpretación sobre  
el internacionalismo del neozapatismo*

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1378

Daniel Sebastián Granda Henao<sup>1,2</sup>

## Resumo

Seria possível pensar sobre o campo disciplinar pela ótica das cosmopolíticas insurgentes dos povos indígenas contra o Estado, o Capitalismo e o Patriarcado? Neste trabalho considera-se o pensamento e práxis do movimento neo-zapatista e procura-se uma possível chave de interpretação dessa meta-teoria como um discurso sobre as relações internacionais de outra perspectiva. O trabalho faz então uma revisão bibliográfica e reflexão teórica sobre os elementos da cosmopolítica em que se baseia a Autonomia Zapatista e aponta as dimensões em que essa meta-teoria, a partir da voz coletiva e do senti-pensamento situado dos povos, faz as suas leituras da política global.

**Palavras-chave:** Zapatismo; América Latina; Cosmopolíticas; Povos Indígenas; Decolonialidade.

1 Doutor em Relações Internacionais Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor Visitante no Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos, UFGD. (dsghenao@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8708-3707>.

2 Dedico este texto as comunidades zapatistas em resistência, cuja sabedoria, luta e trabalho coletivo tem guiado minha ação política e acadêmica para além da pesquisa. Agradeço ao CIESAS Sureste pela estância de pesquisa como Estudante Hóspede em 2018 e à CAPES pela bolsa de doutorado, as quais possibilitaram a pesquisa resultante neste trabalho.

Artigo submetido em 08/07/2023 e aprovado em 19/03/2024.

Copyright: • This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.  
• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## Abstract

Is it possible to think about the disciplinary field from the perspective of the insurgent cosmopolitics of indigenous peoples against the State, Capitalism and Patriarchy? This work considers the thought and praxis of the neo-zapatista movement and seeks a possible interpretation of this meta-theory as a discourse on international relations from a different standpoint. The work thus makes a bibliographic review and theoretical reflection on the elements of cosmopolitics on which Zapatista Autonomy is grounded and points out the dimensions in which this meta-theory, from their collective voice and the situated feeling-thought of the peoples, makes claims on global politics.

**Key words:** Zapatismo; Latin America; Cosmopolitics; Indigenous Peoples; Decoloniality.

## Resumen

¿Sería posible pensar el campo disciplinar desde la perspectiva de la cosmopolítica insurgente de los pueblos indígenas frente al Estado, el Capitalismo y el Patriarcado? Este trabajo considera el pensamiento y la praxis del movimiento neozapatista y busca una posible clave para interpretar esta metateoría como un discurso sobre las relaciones internacionales de otro modo. El trabajo hace una revisión bibliográfica y reflexión teórica sobre los elementos de la cosmopolítica que sustentan la Autonomía Zapatista y señala las dimensiones en las que desde la voz colectiva y el sentir-pensamiento situado de los pueblos, hace sus lecturas de la política global.

**Palabras clave:** Zapatismo; América Latina; Cosmopolíticas; Pueblos Indígenas; Decolonialidad.

## Introdução

Muitos conhecem o movimento zapatista por seus bordões, tais como “outro mundo é possível”, ou pela capacidade performática de mobilização midiática e de bases sociais ao redor do mundo desde seu início; ou, também, pela forma de colocar em pauta a autonomia e reivindicação pelos direitos

culturais dos povos indígenas e da população pobre do México, diante das falhas de um sistema político e econômico cujas promessas nunca se tornaram realidade e, pelo contrário, agravaram desigualdades estruturais nesse país.

Para além disso, busco explorar as questões epistêmicas que orientam a ação política das comunidades zapatistas. Interrogo se poderia existir, no seio dessas lutas e cosmopolíticas, como resistência indígena, uma maneira de entender e praticar o que chamamos de Relações Internacionais (RI), nos seus próprios modos. Neste escrito tentarei argumentar que, sim, entendendo a política para além das instituições da modernidade/capitalismo, no qual se serve como campo científico à empresa colonizadora. Antes, acredito ser importante introduzir quem são os Zapatistas.

Os zapatistas vieram a público em 1º de janeiro de 1994 no estado de Chiapas, o mais pobre e menos desenvolvido do México. Indígenas camponeses tomaram armas e se levantaram em oposição às reformas para o ingresso do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte – especialmente a reforma do artigo 27 da Constituição, que garantia a propriedade coletiva de terras. É necessário, contudo, considerar que foram mais de dez anos de organização social e política para chegar à decisão de insurgir-se (Gunderson 2013). Desde então, passaram mais de 30 anos, indo do fogo e das armas às palavras e à negociação de um possível acordo de paz, além da proposta legislativa pelos direitos indígenas às suas terras, culturas e autonomias. Posteriormente, dada a negativa dos poderes legislativo, executivo e judiciário mexicanos em aprovar os acordos e conceder esse caráter autônomo como sujeitos de direito, mantendo a tutela sobre os povos, se passa ao exercício *de facto* dessas autonomias nos territórios zapatistas, (Khasnabish 2010; Baschet 2018).

Por outro lado, tradicionalmente, pensa-se no EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) como equivalente ao movimento neo-zapatista; porém, o EZLN não emerge do vácuo, mas da confluência de lutas pela terra e pela vida, de militâncias políticas e religiosas já existentes em Chiapas – especialmente na Selva Lacandona – e do projeto de organização de células guerrilheiras da FLN (Frente de Libertação Nacional) no interior do México diante da chamada *Guerra Suja* do Estado mexicano contra seus opositores no fim dos anos 1970 (Le Bot 1997; Gennari 2005).

A partir dos anos 1940, a Lacandona passou pela colonização e ocupação de camponeses indígenas sem-terra, expulsos das *fincas* de café e gado, com incentivos estatais para reforma agrária e a promessa de participação nos *ejidos* (terras comunitárias) (Leyva e Ascencio 1996; Fernández 2014). Esse processo significou, igualmente, a aproximação de populações com distintas línguas e origens étnicas, carregadas das onto-epistemologias tradicionais de povos Maias (Cho'l, Tzeltal, Tsotsil, Tojolabal, Zoque, entre outros); assim como a chegada de apoios eclesiásticos missionários, da Teologia da Libertação e do Maoísmo revolucionário. É essa conjunção a base de sustentação epistemológica e ideológica das organizações e alternativas, e do sentimento de comunidade que surge na política da Lacandona (Leyva e Ascencio 1996; Gunderson 2013). É aí que também se encontra a gênese da Autonomia Zapatista, o coração da construção política do zapatismo (Baschet 2018).

Hoje, o EZLN não abarca a totalidade do movimento, sendo apenas uma estrutura político-militar armada para a defesa territorial e dissuasão frente aos ataques das forças estatais e paramilitares. Têm-se, ademais, as comunidades zapatistas, chamadas de Bases de Apoio (BA-EZLN), organizadas em assembleias regionais e comunitárias, autônomas e não-armadas, seguindo a filosofia do *mandar obedecendo*<sup>3</sup>. As Comunidades e o EZLN se complementam e retroalimentam, com funções distintas sob os mesmos princípios, como uma soma de formas de luta. A essa rede também se somam desde 1994 outros setores do movimento indígena mexicano, da sociedade civil organizada e coletivos de apoio no país e no mundo (Leyva 1998; Muñoz 2003; Rovira 2005; 2009).

Em Chiapas continua a guerra irregular de baixa intensidade e as estratégias insurgentes contra as comunidades zapatistas. Há, incorporado na guerra, um conflito ontológico, dada a forma distinta de interpretar a realidade, se relacionar com o mundo e agir coletivamente dos zapatistas<sup>4</sup>. Todavia, é necessário considerar a própria escolha em estar em resistência e se rebelar contra o Estado mexicano – dada a continua negação dos seus direitos, culturas e autodeterminação – e o capitalismo/modernidade e sua narrativa de

3 São sete princípios que guiam essa forma de governo popular: servir e não servir-se; representar, não suplantando; construir e não destruir; obedecer, não mandar; propor, não impor; convencer, não vencer; descer e não subir.

4 Sobre conflitos ontológicos, ver: de Almeida, Mauro. 2013. "Caipora e outros conflitos ontológicos." *Revista de Antropologia da UFSCAR* 5 (1): 7-28.

progresso em prol dos seus próprios modos de existência e cosmopolíticas. Para essas comunidades, a globalização neoliberal representa uma ameaça às suas formas de existência como povos; representa a continuidade de uma guerra de 500 anos que os tem expulsado, assim como seus ancestrais, dos seus territórios, o local da vida e das relações mais-que-humanas.

A ideia de uma teoria e práxis própria dos zapatistas não é nova. Walter Dignolo (2011) já se referia à Autonomia Zapatista como uma “revolução teórica” que toma por base a recuperação da dignidade humana, tirada deles pela violência colonial. Para ele, a ética serve como farol da ação política, pelo *mandar obedecendo* como comando do governo autônomo. Assim os zapatistas efetuam uma dupla tradução entre o pensamento considerado moderno e o saber tradicional indígena, produzindo algo muito diferente, que não é o primeiro nem o último e que vai além das formas iluministas de conceber o saber, o poder e de orientar a ação coletiva.

Da mesma forma, para Michel (2003), a busca pela dignidade perdida em 500 anos de colonialismo e dominação constitui o fundamento da onto-ética zapatista, como resposta à guerra genocida que eles enxergam como a estratégia do ocidente para sua expansão; daí pode-se compreender a necessidade de afirmar a resistência como caminho para a construção da sua autonomia.

Ramón Grosfoguel (2007) também teria se referido ao zapatismo em termos do pensamento pluriversal e transmoderno como uma proposta epistemológica embasada na diferença. Para ele, a forma de governança, apesar de contra o estado mexicano, desafia as noções modernas de democracia e poder, estabelecendo, em contrapartida, uma política do *andar perguntando*, na qual não se propõe um programa de governo, mas se escuta e aprende o que as populações demandam para seu autogoverno. O exemplo mais claro disso foi dado na “Outra Campanha” em 2005, ano de pré-eleições presidenciais no México. Na ocasião, os zapatistas percorreram o país encontrando-se com coletivos e comunidades para articular um programa de lutas que agregasse diferentes setores da sociedade. Assim, o programa político é o resultado, não o início da campanha política representativa, que seria trocada por uma democracia radical, feita por e para todos. Na análise desse filósofo, o ‘andar perguntando’ e ‘mandar obedecendo’ seriam os pilares metodológicos de uma descolonização da política

eurocentrada universalista, apontando para esse mundo onde cabem muitos mundos.

Igualmente, Cynthia Enloe (2004) comenta sobre o levantamento zapatista como resultado de uma análise das Relações Internacionais que muitos comentaristas não fariam:

traçando conexões casuais entre as economias políticas locais, as contradições do sistema de estados e as relações interestatais emergentes. Eles conectaram a reverência do estado mexicano às pressões dos EUA [...e as] tendências à violência crescente exercida por *guardias blancas* contratadas por ricos proprietários de terras de Chiapas[...]. Em sua sofisticada análise internacional, os zapatistas foram ainda mais longe: afirmaram que nenhum desses movimentos teria sido possível se o PRI não fosse capaz de controlar o sistema político nacional por meio de um processo eleitoral que garantisse que as vozes dos camponeses pobres não teriam impacto sobre tomada de decisão do estado (Enloe 2004, 35, ênfases no original)<sup>5</sup>

É importante destacar que Enloe, ao trazer a experiência zapatista, se refere às subjetividades que a Teoria das RI deixa às margens, nos silêncios e degraus inferiores da escala social. Ao se voltar preponderantemente para a análise de assuntos como a segurança e a diplomacia das potências, das organizações multilaterais, do comércio global, etc. (as *high politics*) impõe uma forma de fazer política como uma verdade universal, imutável e eterna, sob a premissa da igualdade soberana e o jogo de interesses de poder, com a simulação de discurso científico sobre essa política eurocentrada de exclusões e violência<sup>6</sup>.

5 No original: *tracing casual connections between local political economies, state system contradictions, and emergent interstate relationships. They connected the Mexican state's bowing to the U.S. state's pressure [...and] those trends to the escalating violence wielded by guardias blancas hired by wealthy Chiapas landowners [...]. In their sophisticated international analysis, the Zapatistas went still further: they contended that none of these moves would have been possible were not the PRI able to control the national political system through an electoral process that ensured that poor peasant's voices could not have an impact on state decision-making.*

6 Na crítica de Enloe faz-se referência ao realismo de Morgenthau como cânone basilar das Teorias de RI, a partir do qual estrutura-se o corpo epistêmico e as teorias do campo; porém, o mesmo pode-se dizer de outras perspectivas, tais como os liberalismos de Wilson e Keohane; os neorealismos de Waltz e Mearsheimer, a paz democrática ou inclusive os construtivismos mais convencionais. É importante também lembrar a crítica de Cox (1981) sobre como o campo busca dar solução a problemas orientado pela manutenção de ordens hegemônicas e que, de outro modo, poderia debruçar-se sobre forças e movimentos sociais e seus arranjos na busca de outras correlações de força, gerativas de ordens anti-sistêmicas. Sobre as RI serem fundadas em bases filosóficas eurocentradas, colonialistas e racistas ver também: Krishna 2001; Hobson 2012; Anievas, Manchanda e Shilliam 2014.

As RI, em sua versão mais profusa, esquece, silencia e ignora as vidas de pessoas reais, empobrecidas e exploradas, e o que têm a dizer sobre o mundo aqueles que padecem das consequências da modernidade/colonialidade e a política de cima.

Dados esses referentes e contextualização histórica, passamos a descrever do que se trataria essa outra forma de analisar o internacional, de baixo, à esquerda e com a terra (ver: Escobar 2016). Este texto organiza-se então em três seções, além desta introdução, na elaboração de uma interpretação do pensamento-prática zapatista e sua aproximação ao internacional. A primeira mostra uma onto-epistemologia política, uma cosmopolítica própria, que dá sustentação à luta zapatista e demonstra uma posição anticapitalista, antipatriarcal e antibélica, assim como um horizonte comunitário construído como utopia concreta. Na segunda, abordo a organização política dos Caracoles e do pensamento *encaracolado* como método de análise, relacionando o global com o local, a dedução e a indução, o macro e o micro, a análise política e a ação coletiva. Na terceira parte aponto a forma como o zapatismo se engaja com as lutas de outras geografias, entendendo que o próprio zapatismo faz parte de uma rede de solidariedades e resistências globais; dessa forma, efetiva-se a premissa de ‘um mundo onde caibam muitos mundos’ e do pluriversal como uma possibilidade concreta. Nas considerações finais, trago uma reflexão interpretativa de volta para o campo disciplinar das RI, oferecendo uma crítica a partir da perspectiva da rebeldia epistêmica e a indisciplina do campo como necessária para avançar em debates sobre pensamento relacional e outros conceitos na seara das perspectivas pós-/de-/anti-/contra-coloniais e por outras formas de pensamento e política além das fronteiras do Estado, da modernidade e do capitalismo.

Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica em que se articulam visões e pensamentos de forma transdisciplinar, a partir de reflexões acadêmicas e relatos ativistas, da produção e publicação de saberes autônomos das comunidades zapatistas e de observações participantes da pesquisa em campo. Como já dito, procuro entender as bases onto-epistêmicas que guiam a ação e performance política dos zapatistas e possíveis interpretações do sentido da política global e da resistência planetária e anti-sistêmica no zapatismo. No entanto, este é um trabalho acadêmico até certo ponto convencional na sua forma e procedimentos de análise, mas que

procura tecer-se com perspectivas decoloniais nas RI, averiguando sobre outras concepções do mundo em que habitamos e nos relacionamos, os atores e as formas da política e as estruturas globais de poder; nesse sentido, falha também em se inserir e debater coletivamente na construção desses outros mundos e, de certa forma, perpetua as maneiras do extrativismo e da alteridade hierarquizada da academia ocidental.

## **A Hidra Capitalista e a IV Guerra Mundial contra a Humanidade: uma episteme contra-hegemônica**

Seguindo o ‘andar perguntando’, as comunidades zapatistas têm caminhado bastante na interrogação sobre o mundo, segundo suas geografias, calendários e modos de ser. Para elas, a prática política da Autonomia seria a meta-teoria que permite interpretar o mundo e direcionar suas ações. O objetivo principal dessa práxis é ‘fissurar os muros’, como forma de se referir à constante e duradoura luta contra o capitalismo e a globalização neoliberal, buscando, em oposição, abrir campo para outros mundos. O capitalismo, multifacetado e em constante transformação, seria o inimigo real que ameaça a existência dos povos e sua pluralidade, em Chiapas e no mundo (EZLN 2015).

A resistência a esse sistema não é de agora nem de 1994 em diante, é uma luta que se enquadra em mais de 500 anos (EZLN 1994). Essa resistência é contínua, já que as manifestações desse sistema são muitas e diferentes. Diante desse muro, não se busca derrubá-lo de uma vez, mas pelo menos fratura-lo, aos poucos, abrindo caminhos além do que esse sistema permite conhecer e determinar como a realidade (EZLN 2015).

Há então alguns elementos que dão base à matriz de problemas da qual parte a análise mundial dos zapatistas. Para isso, é importante entender que não é só um muro que deve ser rachado para abrir horizontes. O capitalismo, para os zapatistas, possui muitas cabeças que se multiplicam como a Hidra. Portanto, são premissas elementares da concepção política zapatista, nas palavras do *subcomandante Galeano*:<sup>7</sup>

---

7 Anteriormente conhecido como *sub* Marcos, por muito tempo o porta-voz da coletividade.



1. O sistema dominante atual é o capitalismo e é sua lógica a que é dominante no mundo.
2. Esse sistema capitalista não é dominante apenas em um aspecto da vida social, mas tem múltiplas cabeças, quer dizer, formas e modos diversos de dominar em diferentes e diversos espaços sociais. Para colocar nos termos da Defesa Zapatista: o capitalismo cabeçudo não morde de um lado só, mas em muitos lados.
3. Há um elemento inquietante na Hidra Capitalista. Se se toma a Hidra como o animal mitológico, sabe-se que tem muitas cabeças, que se cortar uma renasce duas, e que uma delas é como o coração da Hidra, a cabeça-mãe. Mas tem outra hidra, o pequeno animal que não só reconstrói seus tentáculos destruídos, também se adapta e é capaz de se regenerar completamente desde uma das suas partes (EZLN 2015: 211)<sup>8</sup>.

Porém, há muito mais da reflexão do mundo do que saber o que se enfrenta. Há também uma interpretação de como conhecer o mundo e transformá-lo: agindo como sentinelas, atentos, reconhecendo que, para chegar a um saber *outro*, é necessário sujar-se e desafiar os limites, assumir uma posição e refletir sem ser doutrinário. É uma maneira de saber-se e aprender em coletivo, somente juntos evita-se a ‘síndrome do vigia’, perdendo a capacidade de observação e surpresa, e pela fixação em um elemento perde-se o todo, não se percebem as mudanças; para isso é necessário acompanhar-se, cobrir os pontos de visão entre todos, mantendo uma visão periférica (EZLN 2015: 23-26). O ser e pensar zapatista implicam pensamento crítico, atento às estruturas sistêmicas de opressão e à ação coletiva como aquela que possibilitaria ir ‘fissurando o muro’ em várias frentes.

O capitalismo não é uma Hidra qualquer, mas uma em ofensiva constante contra a humanidade. Essa guerra do capitalismo, instrumentalizada nos Estados e no neoliberalismo, apresenta-se como projetos de destruição e

---

8 No original: 1.- *El sistema dominante actual es el capitalismo y que es su lógica la que es dominante en el mundo.* 2.- *Que este sistema capitalista no es dominante sólo en un aspecto de la vida social, sino que tiene múltiples cabezas, es decir, formas y modos diversos de dominar en diferentes y diversos espacios sociales. Para ponerlo en términos de la niña defensa zapatista: el capitalismo cabezón no te muerde en un sólo lado sino que en muchos lados.* 3.- *Hay un elemento inquietante en esto de la Hidra Capitalista. Si se toma a la Hidra como el animal mitológico, se sabe que tiene muchas cabezas, que si cortas una renacen dos, y que una de ellas es como el corazón de la Hidra, la cabeza madre por llamarla de alguna forma. Pero hay otra hidra, el pequeño animal que no sólo reconstruye sus tentáculos destruidos, también se adapta, muta y es capaz de regenerarse completa desde una de sus partes.*

morte para os povos e todos os sujeitos dissidentes a esse sistema. Há um tipo de conflito ontológico entre a *boa vida* do Capital, baseada na exploração e acumulação, e outra, baseada em relações simbióticas com a terra, entre a comunidade e seres mais-do-que-humanos, em resistência há mais de 500 anos.

De maneira mais concreta, o já falecido *sub* Marcos (2001) afirma que o neoliberalismo, como sistema político-econômico globalizado, constitui uma nova forma de guerra, para a ocupação e conquista de territórios e populações, forçando os Estados-nação a redefinirem suas identidades. Essa guerra é totalizadora mas não total – ocorre a todo momento, em qualquer lugar, sob qualquer circunstância, mas sempre por partes. É a IV Guerra Mundial contra a Humanidade.

Explica Marcos (2001; 2003a) que, após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Terceira teria acontecido durante a Guerra Fria, com o confronto por procuração entre as frentes capitalistas e socialistas, na busca por aliados e por espaços de conquista. Após a queda do muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e seus aliados socialistas, e o triunfalismo do capitalismo ocidental, segue-se a Quarta Guerra Mundial, travada na disputa por recursos entre os maiores centros do capital financeiro, em escala global e transfronteiriça, com intensidade alta e constante.

Uma das primeiras vítimas dessa nova guerra mundial seriam os mercados nacionais, liquidados pela “artilharia da economia financeira global”, do qual a globalização liberal e a informatização seriam as faces de extensão totalitária para todos os aspectos da vida, deixando os Estados desprotegidos para defender os interesses de seus cidadãos. As fronteiras da soberania nacional não são mais o artifício que definiria os lados, pois não interessam mais ao neoliberalismo. Essa guerra destrói as ‘polis’ modernas, substituindo-as pelas ‘megalópoles’ dos centros financeiros globais; designa novas funções, limites e perspectivas às nações, que se converteriam em “departamentos dos meganegócios neoliberais”, em que o interesse econômico prevalece por cima do social. A política não seria mais a força motriz do Estado-nação, os políticos seriam gerentes dessa economia global. Para Marcos, seriam evidências dessa nova guerra total – até meados dos anos 1990 – a separação dos antigos países comunistas, a Guerra do Golfo e a constituição da União Europeia.

Essa guerra responde a um quebra-cabeça global de sete peças: a acumulação da riqueza e redistribuição da pobreza como polos da sociedade planetária; a globalização da exploração; o pesadelo do desemprego e a migração de grande parte da humanidade; a violência legítima do Estado de um poder ilegítimo; a relação obscura entre poder e criminalidade pela globalização financeira; os mistérios da mega-política (políticas nacionais centradas nos interesses de um polo da acumulação global); e as pequenas pessoas e as múltiplas formas de resistência da humanidade contra o neoliberalismo. (SCI Marcos 2003a)

É nessa última peça que SCI Marcos insere a luta dos zapatistas. Porém, Chiapas não é o único local de resistência, só um entre os vários que existem ao redor do mundo. A conclusão de Marcos, enfim, deixa uma chamada para construir um mundo no qual caibam outros mundos, todos os mundos; dado que nesse quebra-cabeças da globalização não se encontram todas as peças necessárias e as que estão ali colocadas não se encaixam.

Hoje, o contexto de violência no mundo corresponde ao empreendedorismo neocolonial capitalista, reeditando a conquista e o genocídio para seu avanço. A guerra é total contra todos os seres no planeta: humanos e não-humanos, pela devastação ambiental e desterritorialização que apagaria as relações com outras entidades, e, portanto, a existência delas.

## **A política do Caracol: práxis, organização política e pensamento relacional**

Sabendo então a base onto-epistêmica e cosmológica da qual parte o pensamento zapatista (habita-se um mundo dominado pelo capital, que faz a guerra em todo lugar, em todo momento, e a única alternativa é a resistência), prosseguirei a detalhar as formas como, na experiência política do zapatismo, aparece a figura do Caracol em seus sentidos polissêmicos: uma forma de pensar e uma figura para a organização, base da Autonomia como autogoverno e desenvolvimento alternativo.

Uma primeira questão que chama atenção ao analisar as declarações públicas e escritos da voz coletiva, assim como a organização de eventos

públicos, é a maneira como se realizam as análises e se propõem alternativas aos problemas que são percebidos, vinculando, ao mesmo tempo, questões globais e locais, coletivas e íntimas, da política em abstrato às ações territorializadas na busca pela autodeterminação. Isto é evidente no relato de Cynthia Enloe (2004) acima, mas mais do que isso, o pensamento e a prática política do Caracol fazem um movimento de análise multinível, que percorre em forma de espiral de fora para dentro e devolve o pensamento com ações de dentro para fora. É uma maneira de ir do grande ao pequeno e depois começar construindo de baixo, gerando um entendimento processual, holístico e crítico dos sistemas econômicos, políticos, da ética e da epistemologia que orientam as ações do coletivo. Seguindo com a reflexão do capitalismo como uma Hidra, os zapatistas também postulam que

4.- Existe um elemento que não é explícito, mas é fundamental: a prática. [...] O que está em jogo aqui, e depois no além de cada quem segundo seus tempos, modos e lugares, é a transformação da realidade (EZLN 2015: 212).<sup>9</sup>

Assim, a meta-teoria zapatista não se desliga da realidade prática, mas propõe-se a realizar a utopia: se o pressuposto inicial é que o capitalismo é um sistema dominante, assume-se que não é onipresente nem imortal; há resistências de cima e de baixo, sendo as últimas as que podem realmente ameaçá-lo. A teoria deve, portanto, ir acompanhada da prática: “quem faz teoria deve fazer também sua prática” (p. 213), já que se é apenas um pensamento, não poderia ser crítico, explicam. Isso também implica um questionamento da realidade que somente quem está no campo das lutas pode fazer, assim como deve estar disposto a ser interpelado pelo diálogo com outras interpretações do mundo e das suas situações concretas.

O pensamento zapatista anda perguntando sobre problemas e proposições. É um pensamento em forma de caracol, que parte de uma situação maior e desce para a compreensão do entorno pelas experiências encarnadas em relação com o todo; depois, irá construindo com esses aprendizados e propondo possibilidades para fissurar a muralha, decepar a Hidra. Explica o *sub* Marcos:

---

<sup>9</sup> No original: 4.- Hay un elemento que no está explícito pero que es fundamental: la práctica. [...] Lo que está en juego acá, y después en los allá de cada quien según su tiempo, modo y lugar, es la transformación de una realidad.

Por várias horas, esses seres de coração moreno traçaram, com suas ideias, um grande caracol. Partindo do internacional, seu olhar e seu pensamento foram se aprofundando, passando sucessivamente pelo nacional, regional e local, até chegar ao que chamam de “El Votán. O guardião e o coração do povo”, os povos zapatistas. Assim, da curva mais externa do caracol, pensam-se palavras como “globalização”, “guerra de dominação”, “resistência”, “economia”, “cidade”, “campo”, “situação política” e outras que o apagador vai eliminando após a pergunta usual “Está claro ou há perguntas?”. No final do caminho de fora para dentro, no centro do caracol, restam apenas umas siglas: “EZLN”. Depois há propostas e desenham-se, no pensamento e no coração, janelas e portas que só eles veem (entre outras coisas, porque ainda não existem). A palavra dispar e dispersa começa a fazer um caminho comum e coletivo. Alguém pergunta “Tem acordo?” “Tem”, responde a voz já coletiva, afirmando. O caracol é traçado novamente, mas agora em caminho inverso, de dentro para fora. O apagador também segue o caminho inverso até que tudo o que resta, preenchendo o velho quadro-negro, é uma frase que para muitos é delírio, mas para esses homens e mulheres é motivo de luta: “um mundo onde cabem muitos mundos”. Depois disso toma-se uma decisão. (SCI Marcos 2003b)<sup>10</sup>.

Outro elemento importante para entender as dimensões meta-teóricas da luta zapatista é a importância da organização social para conseguir atingir tudo aquilo que se propõem, a utopia viva nos seus territórios, segundo seus próprios modos de ser e viver em coletivo. Essa organização é a que permite articular o pensamento de modo coletivo e ter práticas do seu horizonte político-ético-epistêmico: olhar o mundo para dentro de si e depois caminhar juntos do menor ao maior, do pessoal ao global. O *subcomandante* Moisés, atual porta-voz, fala sobre isso:

---

10 No original: *Durante varias horas, estos seres de corazón moreno han trazado, con sus ideas, un gran caracol. Partiendo de lo internacional, su mirada y su pensamiento ha ido adentrándose, pasando sucesivamente por lo nacional, lo regional y lo local, hasta llegar a lo que ellos llaman "El Votán. El guardián y corazón del pueblo", los pueblos zapatistas. Así desde la curva más externa del caracol se piensan palabras como "globalización", "guerra de dominación", "resistencia", "economía", "ciudad", "campo", "situación política", y otras que el borrador va eliminando después de la pregunta de rigor "¿Está claro o hay pregunta?". Al final del camino de fuera hacia dentro, en el centro del caracol, sólo quedan unas siglas: "EZLN". Después hay propuestas y se dibujan, en el pensamiento y en el corazón, ventanas y puertas que sólo ellos ven (entre otras cosas, porque aún no existen). La palabra dispar y dispersa empieza a hacer camino común y colectivo. Alguien pregunta "¿Hay acuerdo?" "Hay", responde afirmando la voz ya colectiva. De nuevo se traza el caracol, pero ahora en camino inverso, de dentro hacia fuera. El borrador sigue también el camino inverso hasta que solo queda, llenando el viejo pizarrón, una frase que para muchos es delirio, pero para estos hombres y mujeres es una razón de lucha: "un mundo donde quepan muchos mundos". Más despuecito, una decisión se toma.*

O que fazemos como zapatistas, sempre que possível, é dizer ao povo que se organize para resistir, para lutar, para ter o que precisa. [...]. As soluções são feitas pelo povo, não pelos líderes, nem pelos partidários. [...] Nós, zapatistas, dizemos que você não deve ter medo de que o povo governe. É o mais saudável e criterioso. Porque as próprias pessoas vão fazer as mudanças que realmente precisam. [...] Nosso pensamento não é dar receitas de como lidar com o problema do capitalismo. Também não é impor o nosso pensamento aos outr@s [...] Pensamos que temos de nos forçar a pensar, a analisar, a refletir, a criticar, a encontrar o nosso próprio ritmo, o nosso próprio caminho, nos nossos lugares e nos nossos tempos. (EZLN 2015: 337-346)<sup>11</sup>

Além dessa política e pensamento encaracolado, é importante apontar que essa organização ocorre em torno da prática do que chamam Autonomia Zapatista, como conceito-guia da luta. Sobre a autonomia, é importante destacar que, segundo Pleyers (2009), para os zapatistas, a afirmação da sua dignidade passa pela reivindicação do controle sobre suas vidas e sobre as decisões que os afetam, mas que eram tomadas por mandatários políticos e econômicos muito distantes da vida dos indígenas em Chiapas. A resistência e a autonomia partem da síntese das próprias reivindicações pela reapropriação dos seus territórios e da autodeterminação para viver segundo seus costumes. Assim, busca-se alcançar mudanças globais desde o trabalho local.

Na minha interpretação, a prática da Autonomia Zapatista é uma resposta à guerra. Essa prática poderia ser percebida também em um sentido polissêmico: como organização no cotidiano e resistência ao capitalismo e à guerra pela política em diferença e dissidência; como forma de interpretar e atualizar o bem-viver do pensamento ancestral maia; e como oposição ao projeto de morte neocolonial, por um projeto de vida coletivo (Henao 2019; 2021).

Em 2003, as comunidades decidiram que deviam exercer seu direito à autodeterminação – como tinham pactado nos Acordos de San Andrés e

---

11 No original: *Como zapatistas que somos lo que hacemos, cada que se puede, es decirle a la gente que se organice para resistir, para luchar, para tener lo que se necesita. [...] Las soluciones las hace el pueblo, no los líderes, no los partidistas. [...] Nosotr@s zapatistas decimos que no se le debe tener miedo a que el pueblo manda. Es lo más sano y juicioso. Porque el pueblo mismo va a hacer los cambios que verdaderamente necesita. [...] Nuestro pensamiento no es para dar recetas de cómo hacer frente al problema del capitalismo. Tampoco es para imponer nuestro pensamiento a otr@s [...] Pensamos que tenemos que obligarnos a pensar, a analizar, a reflexionar, a criticar, a buscar nuestro paso propio, nuestro modo propio, en nuestros lugares y en nuestros tiempos.*

amparados pela Convenção 169 da OIT– sem/apesar do Estado mexicano, do qual tinham sido traídos pela reforma do estatuto indígena pelo Congresso Nacional. Assim, fundaram os *Caracoles* como lugar para exercer o Mandar Obedecendo. Cada *Caracol* teria uma *Junta de Buen Gobierno* (JBG), nomeada pelos companheiros em eleição, com mandato para resolver conflitos e desavenças, cuidar dos recursos das comunidades e coordenar os trabalhos coletivos e comissionados (Alonso 2003: 51-53). Isto já era algo que eles faziam antes do levantamento em 1994, inclusive antes da formação do zapatismo como tal, mas toma forma diante da necessidade de estruturar o que estava sendo construído nos territórios rebeldes, aprofundar e concentrar forças na sua Autonomia (Baschet 2018).

Já para Aidé Arévalo (2008), os *Caracoles* respondem também à necessidade de fortalecer a organização e seus processos de autonomia de forma mais equilibrada, entendendo que haveria desigualdades entre as comunidades. Esses espaços, então, aparecem onde há maior assédio das autoridades, do Exército e dos paramilitares. Além disso, implica uma transformação dos modos e da ação do EZLN: os milicianos insurgentes ficariam limitados a velar pela segurança física das comunidades diante das possíveis ofensivas armadas; as JGB fariam a luta política e as estratégias de relacionamento entre as comunidades e junto à sociedade civil. O governo dos territórios recuperados fica nas mãos das próprias BA-EZLN.

A Autonomia faz-se, como comentam nos cadernos da *Escuelita Zapatista* EZLN 2013a;b;c;d), com projetos e sistemas próprios de educação, saúde, justiça e produção (milho e *milpas*, café, gado, etc.). Ela é feita por todos: comunidades, municípios autônomos, e as JGB nos *Caracoles*, com cuidado para a paridade de gênero.

É mais do que uma experiência de autogoverno, está aí implícita a construção dos outros mundos enquanto se defende o território; promove-se uma forma de democracia participativa radical e uma justiça segundo seus costumes. Mais do que a destruição da Hidra e outras estruturas de opressão, se importa com a possibilidade real de viver em harmonia, em comunidade e com a terra. Não representa apenas uma resistência frente ao Estado como a organização política por excelência da modernidade/capitalismo; é uma forma de governar respondendo aos interesses das próprias comunidades

e se contrapor a esse sistema com alternativas radicais anti-sistêmicas; estabelecendo relações sociais, econômicas e políticas a partir de uma concepção própria do mundo.

Por outro lado, é importante apontar que a Autonomia Zapatista encarna e atualiza o *Lekil Kuxlejal*, a boa-vida, o “florescer da árvore da vida” para as comunidades Tzeltal e Tsotsil de Chiapas. O *Lekil Kuxlejal* representa falar e fazer o bem-viver tanto no sentido material quanto em relação ao social, à natureza e às entidades espirituais. A Autonomia guarda relação com o *Lekil Kuxlejal* como uma forma de vida comunitária e uma luta por uma vida em harmonia, com justiça e dignidade. Assim, é possível afirmar que na Autonomia encarna-se e dá-se movimento ao *Lekil Kuxlejal* (Schittler 2012).

Em suma, a Autonomia, pensada em caracol e praticada nos *Caracoles* transforma a experiência de vida coletiva dos zapatistas como um horizonte de bem-viver frente à guerra imposta nos corpos e territórios deles pelo Estado mexicano e a globalização neoliberal/neocolonial. Passadas as tentativas de se fazer ouvir pelo fogo, ou diante da traição quando optaram pela palavra, decidem que terão que fazer esses mundos pluriversais com as mãos, sem pedir perdão nem permissão.

Do mesmo modo, deve-se destacar que esse caminhar como caracóis (devagar e sempre) está acompanhado por outros coletivos e povos em resistência e autonomia. Os zapatistas têm construído pontes e tessituras com outros movimentos e organizações, dialogam e fazem redes com outras propostas de alternativas ao capitalismo, à globalização neoliberal e pelo exercício do direito à autodeterminação dos povos. Tendo adentrado o coração da experiência zapatista, na sua Autonomia, vamos no caminho inverso, pensando no impacto dessa experiência localizada para o internacional.

## **Altermundismo, Internacionalismo e os Bolsões de Resistência**

Desde a aparição pública em 1994, a sociedade civil mexicana e internacional demonstraram simpatia e identificação com os pleitos do levantamento zapatista. Assim, conseguiram emplacar uma agenda nacional e mundial em



defesa da pluralidade de formas de ser e multiplicidade étnica, enfatizando a confrontação ao interior dos Estados nacionais com o modelo integracionista neoliberal e reafirmando o direito à autodeterminação e posse de territórios autônomos como garantias dessa diversidade (Leyva 1998).

A autonomia, a dignidade e a resistência como eixos do levantamento zapatista e da meta-teoria que orienta suas ações cotidianas expressam a preocupação pela preservação da vida física e cultural. O argumento ontológico da luta zapatista sustenta-se na ideia que as culturas indígenas e camponesas às quais seus integrantes pertencem estão sendo exterminadas e cooptadas pelo avanço do capitalismo. A resposta seria pluridimensional, em outras formas de organização social e governança autônoma, ao mesmo tempo que declaram uma guerra discursiva às meta-narrativas do progresso, incorporadas pelos agentes do Estado mexicano e seus pares no estrangeiro.

A palavra *altermundismo* é elencada aqui para vincular a luta zapatista a muitas outras, em que caberiam, por exemplo, protestos globais, tais como a 'Batalha de Seattle' em 1999 contra as novas regras da OMC, movimentos pela descarbonização e o decrescimento, o Fórum Social Mundial, entre outros. Essas têm em comum uma maneira de pensar/fazer as relações internacionais pelas pessoas e lutas de baixo, unidas por uma outra forma de globalização. Situam-se na sociedade civil global, em um mundo de fronteiras ficcionais. Então, o global passa a ser uma característica e um campo de muitas formas de luta entrelaçadas (Rangel 2016).

Já Arturo Escobar (2004) entende o *altermundismo* como exercício de contra-hegemonias diante do discurso da globalização neoliberal, pela emergência de redes de movimentos sociais auto-organizadas sob uma nova lógica de globalização anticapitalista. Ou bem, é a globalização das resistências (Amin & Houtart, 2003). Para Souza Santos (2007), trata-se de formas de ação coletiva globais por meio de redes transnacionais, por vínculos locais, nacionais e internacionais; em lutas cujo sucesso impulsiona sua reprodução em outras localidades.

Tal como informa Xochitl Leyva (2017), o movimento armado abriu uma nova fase para os movimentos sociais em Chiapas ao atrair apoiadores internacionais que abraçaram os zapatistas. Não se deve considerar uma vanguarda revolucionária; pelo contrário, como falava o *sub* Moisés,

o chamado é a que cada quem se organize seguindo os seus próprios modos e possibilidades. Não são os zapatistas que irão determinar como deve ser feita a revolução, mas cada quem, segundo seus tempos e condições (EZLN 2015).

Giomar Rovira (2005; 2009) descreve a rede de apoio ao movimento zapatista em duas dimensões: uma nacional e outra transnacional. A primeira marchou a partir de 1994 pelo cessar-fogo e pelo diálogo, participou da Convenção Nacional Democrática de 1995 e dos diálogos em San Andrés em 1996, organizou e promoveu consultas cidadãs, acolheu e fez a logística para as distintas marchas e caravanas indígenas e rebeldes que o EZLN convoca ainda hoje. É uma rede que tem pensado e escrito sobre as denúncias de racismo, sobre o indigenismo e a autonomia, e acompanha também o Congresso Nacional Indígena. Já o zapatismo transnacional se constitui como uma rede de redes em que convivem distintas interpretações simbólicas, lutas localizadas e processos sociais nos territórios em que ocupam.

Como exemplo, a prática desse *altermundismo* pôde ser vista desde os primeiros anos, em que era comum o chamado para encontros internacionais temáticos, como foi o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em 1996. Já em 2005, no contexto da *Outra Campanha*, chamando a atenção sobre a negação de parte da população mexicana à democracia representativa (Lima 2009: 17), emitem a Sexta Declaração da Selva Lacandona (EZLN 2005). Nela propuseram uma estratégia de coordenação com outros setores sociais, para que pudessem transformar a política e deixar claro que se deve estabelecer um campo de lutas planetário; isto é, deveria se construir uma política diferente, explicitamente antipatriarcal e anticapitalista (Starr, Martinez-Torres, e Rosset 2011; Baschet 2018, 212).

Em 2013, os zapatistas convocaram suas redes a conhecerem melhor e mais de perto a prática da sua Autonomia e governo na *Escuelita Zapatista*, por ocasião dos 10 anos dos *Caracoles*. Nessa experiência, os povos ensinam aos outros, pessoas urbanas e quem se sentir compelido a esse ensinamento, o significado da liberdade para eles, explicando o que é o Governo Autônomo, qual o papel das mulheres na Autonomia, e quais as formas de resistência dessa Autonomia, para que depois levem essa teoria para a prática nos seus lugares de pertencimento (Ver: EZLN 2014a;b;c;d).

Além da *Escuelita*, em 2018 foi organizado o II Encontro de Redes de Resistência e Rebeldia, do qual pude participar. A agenda consistia em conhecer a adesão e o andamento dos acordos que tinham sido feitos no encontro anterior; analisar e socializar nossos mundos, contar as nossas dores e como observamos o mundo, de acordo com as situações locais de cada um – houve presença de argentinos, guatemaltecos, colombianos, brasileiros, espanhóis, gregos, estadunidenses, entre outros –; e finalmente fazer propostas de como tecer as lutas em rede.

Em 2021 empreenderam a Travessia pela Vida, procurando levar e colher esperanças e alternativas em um momento de colapso civilizatório, no cenário de morte, guerra, violência e desenraizamento, além da pandemia de COVID-19 e apesar do cerco militar, para marcar presença, somar, aprender e partilhar das suas experiências junto às lutas da Europa insubmissa.

Por fim, é importante destacar que a dimensão internacional do zapatismo não está expressa apenas nos encontros ou esforços por conhecer outras lutas e se tecer como resistências globais; mas pela forma como esses contatos influenciam, modestamente, a vida cotidiana nos territórios; e como essas solidariedades também tomam o referente dos zapatistas para suas próprias lutas. (Baschet 2018: 215). Assim, percebem-se conexões entre o que os zapatistas apelam no sudeste mexicano e o que outros povos enunciam e promovem em seus próprios territórios, entendendo-se como inseridos na mesma matriz de opressões e violências. Afinal, a guerra que se vive nos territórios e corpos zapatistas é a mesma que golpeia em todos os cantos do mundo em que a *Hidra Capitalista* entra, desloca, expropria, explora e acumula para normalizar uma vida de consumo. A luta do internacionalismo que os Zapatistas inspiram é uma luta pela vida e com a terra (Gómez 2023).

## **Por umas RI desde abajo y a la izquierda: insurgir o saber**

A política zapatista toma por base um horizonte ético pluricultural, necessário para sua própria existência como povos em resistência ao avassalador unitarismo neoliberal. Há nessa forma de ser e fazer política

uma outra epistemologia, feita na luta pela vida no seu senso mais radical, na resistência cotidiana dos oprimidos, na escuta ativa e no diálogo, entendendo que a luta deve ser globalizada, em coletivo (Fajardo 2021). Trata-se de uma abordagem que apela ao internacional *desde abajo y para los de abajo*, na qual se constrói um mundo outro desde a própria socialização cotidiana e o trabalho coletivo pela Autonomia.

Na luta pela recuperação da terra, o sustento material das suas culturas, há um apelo ontológico sobre sua capacidade de permanecer vivos no tempo. Assim como em muitas outras lutas, a terra é o fundamento para a construção dos elos comunitários, por isso recuperá-la é basilar; é com a posse e uso do território que se podem estabelecer relações políticas e cosmopolíticas.

O zapatismo constitui uma filosofia política e prática política *outra* (Khasnabish 2010; Michel 2003; Grosfoguel 2007), contingente à própria percepção da realidade que essas comunidades fazem, e com o convite a que outras sociedades organizem suas próprias formas de resistência local e global; e que derivado disso pode existir uma própria compreensão particular de outra política mundial. Assim, mais do que ser ‘uma guerrilha pós-moderna’, trata-se de um movimento de/entre movimentos, para uma revolução mais profunda, global e local, em que o próprio conhecimento ocidental e moderno se coloca em xeque. Esta é uma busca pela descolonização do poder, pelo resgate da dignidade e da autonomia como eixos de uma sociedade plural e diversa.

As interpretações sobre a política em escala planetária também implicam desafiar o modo eurocentrado de pensar a política feita em instituições e ficções organizativas, como o Estado. Aqui, é sempre importante lembrar que a crítica de Marysia Zalewski (1996) sobre a separação entre a teoria e seus teóricos, entre a teoria e o mundo real que pretende explicar, pela supervalorização da racionalidade abstrata do Iluminismo.

Caminhando e perguntando junto aos zapatistas e suas redes, uma reflexão que vi se tecendo é que as teorias e os conceitos da nossa academia de RI ficam limitadas ao se deparar com a vida cotidiana de povos, sendo discursos de poder favoráveis à manutenção de violências e formas de dominação imperiais, com pretensões universalistas e raízes no eurocentrismo. Isso já foi discutido por Chowdhry e Nair (2002: 16), quando afirmam que as noções humanistas

de racionalidade e universalidade mantêm a criação e exclusão de *outros*, sobre os que se pensa, fala e escreve, tornando-os marginais, insignificantes e invisíveis.

Nos textos e encontros com comunidades zapatistas nunca faltam menções ao sistema capitalista como uma economia política dominante; a hegemonia dos Estados Unidos e os problemas de uma eventual confrontação com China; das dificuldades e trapanças impostas pelo governo mexicano; casos de violência policial e militarismo contra comunidades indígenas na América Latina. Solidarizam-se com a situação de migrantes e refugiados em trânsito pelo México, assim como os do Norte da África, do Oriente Médio e da Venezuela. Compartilham notícias vindas do Curdistão, de Euskadi, das revoltas na França, etc. Todos esses temas e tópicos são por demais conhecidos e debatidos nas RI e em outras áreas das ciências sociais. A diferença está no conteúdo ético e na sensibilidade com que são tratados para fazer uma própria percepção do mundo, de fora para dentro, e agindo de dentro para fora.

Poderemos pensar indisciplinariamente, como sugere Laura Sjorberg (2017), acompanhando o caminhar da cosmopolítica zapatista e de outras insurgências e mundos possíveis?

## Referências

- Alonso, Jorge. 2003. “El Movimiento Zapatista, novedad que rompe las etiquetas”. *Nómadas* 19: 48-57.
- Amin, Samir; Houtart, F. (Eds.). 2003. *Globalización de las resistencias: el estado de las luchas*. Icaria Editorial.
- Anievas, Alexander; Manchanda, Nivi; Shilliam, Robbie (ed.). 2014. *Race and racism in international relations: Confronting the global colour line*. Routledge.
- Arévalo, Aidé. 2008. “De los Caracoles y el Mandar Obedeciendo”. <https://mujeresylasextaorg.files.wordpress.com/2008/05/los-caracoles.pdf>
- Baschet, Jerome. 2018. *¡Rebeldía, Resistencia y Autonomía! La experiencia zapatista*. Ciudad de México: Ediciones Eón.
- Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila. 2002. *Power, postcolonialism and international relations: Reading race, gender and class*. Londres: Routledge.

- Cox, Robert. 1981. "Social forces, states and world orders: beyond international relations theory". *Millennium* 10, no. 2: 126-155.
- Enloe, Cynthia. 2004. *The curious feminist: Searching for women in a new age of empire*. Univ. of California Press.
- Escobar, Arturo. 2017. "Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra. La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino/América". In *Pedagogías decoloniales Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y re(vivir) Tomo II* (ed. Catherine Walsh). Quito: Ediciones Abya Yala.
- Escobar, Arturo. 2004. "Más Allá del Tercer Mundo: Globalidad Imperial, Colonialidad Global y Movimientos Sociales Anti-Globalización". *Nómadas* 20: 86-100.
- EZLN. 1994. "Primera Declaración de la Selva Lacandona". <http://radiozapatista.org/?p=20280>.
- EZLN. 2005. "Sexta Declaración de la Selva Lacandona". <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-es/>
- EZLN. 2014a. "GOBIERNO AUTÓNOMO I". <https://www.centrodemedioslibres.org/wp-content/uploads/2017/08/Gobierno-Autonomo-I-1.pdf>
- EZLN. 2014b. "GOBIERNO AUTÓNOMO II". <https://www.centrodemedioslibres.org/wp-content/uploads/2017/08/Gobierno-Autonomo-II.pdf>
- EZLN. 2014d. "PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN EL GOBIERNO AUTÓNOMO". <https://www.centrodemedioslibres.org/wp-content/uploads/2017/08/Participacion-de-las-Mujeres-en-el-Gobierno-Autonomo.pdf>
- EZLN. 2014c. "Resistencia autónoma". <https://www.centrodemedioslibres.org/wp-content/uploads/2017/08/ResistenciaAutonoma.pdf>
- EZLN. 2015. *Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista*, vol. 1. México: s.e.
- Fajardo, Andrea. 2021. "De por sí lo que hemos aprendido es a aprender": trazos de una epistemología zapatista. *Al Faro Zapatista*. <https://alfarozapatista.jkopkutik.org/product/de-por-si-lo-que-hemos-aprendido-es-a-aprender-trazos-de-una-epistemologia-zapatista/>
- Fernández, Paulina. 2014. *Justicia Autónoma Zapatista, zona selva Tzeltal*. México: Editores Autóno@s.
- Gennari, Emilio. 2005. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular.
- Gómez, Francisco (org.) 2023. *Internacionalismo crítico y luchas por la vida: Hacia la construcción de horizontes futuros desde las resistencias y autonomias*. Cátedra

- Jorge Alonso, CLACSO, Editorial Retos. Disponível em: <https://radiozapatista.org/wp-content/uploads/2023/11/Internacionalismo-Critico.pdf>
- Grosfoguel, Ramón. 2007. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo* (ed. Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel), 63-77. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Gunderson, Christopher. 2013. *The provocative cocktail: Intellectual origins of the Zapatista uprising, 1960–1994*. Tese, CUNY.
- Henao, Sebastián. 2019. *Decolonizar la ‘seguridad’: comunidades zapatistas en resistencia, entre la guerra y la lucha por la autonomía indígena*. Tese, PUC-Rio.
- Henao, Sebastián. 2021. “El pueblo manda y el gobierno obedece’: Decolonising Politics and Constructing Worlds in the Everyday through Zapatista Autonomy”. In *Decolonizing Politics and Theories from the Abya Yala* (ed. Fernando Márquez e Víctor Espinoza), 172-190. E-IR.
- Hobson, John. 2012. *The Eurocentric conception of world politics: Western international theory, 1760-2010*. Cambridge University Press.
- Khasnabish, Alexander. 2010. *Zapatistas: Rebellion from the Grassroots to the Global*. Londres: Zed Books.
- Krishna, Sankaran. 2001. “Race, amnesia, and the education of international relations. *Alternatives* 26, no. 4: 401-424.
- Lebot, Yvon. 1997. *El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza y Janés.
- Leyva, Xochitl; Ascencio, Gabriel. 1996. *Lacandonia al Filo del Agua*. México: CIESAS.
- Leyva, Xochitl. 1998. “The New Zapatista Movement: Political Levels, Actors and Political Discourse in Contemporary Mexico”. In *ENCUENTROS ANTROPOLOGICOS: POLITICS, IDENTITY AND MOBILITY IN MEXICO* (ed. Xochitl Leyva e Valentina Napolitano), 35–55. Cambridge: Institute of Latin American Studies.
- Leyva, Xochitl. 2017. “Geopolitics Of Knowledge And the Neo- Geopolitics Of Knowledge And the Neo- Zapatista Social Movement Networks”. In *The Movement of Movements. Part I: What makes us move* (ed. Jan Sen). Oakland: PM Press.
- Lima, Junia. 2009. O “*Caminhar das Palavras*”: um estudo sobre formas de resistência no discurso zapatista, 1994-2005. Dissertação, UnB.

- Michel, Guillermo. 2003. *Ética Política Zapatista: Una utopía para el siglo XXI*. México: UAM- Casa Abierta al Tiempo.
- Mignolo, Walter. 2011. "The Zapatistas Theoretical Revolution". In *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Duke University Press.
- Muñoz, Gloria. 2003. *EZLN 20 y 10: El fuego y la palabra*. México: La Jornada Ediciones- Rebeldía.
- Pleyers, Geoffrey. 2009. "A quince años del levantamiento zapatista: alcances y retos de un movimiento local en la edad global". *Rev. Ciencias Sociales* 125, no. III: 11-22
- Rangel, Maisel. 2016. "El movimiento altermundista: ¿nuevas prácticas por nuevos actores políticos? Apuntes para un debate desde el Foro Social Mundial". In *MEMORIAS DEL XV SIMPOSIO INTERNACIONAL DE PENSAMIENTO LATINOAMERICANO*: 66-76.
- Rovira, Guiomar. 2005. "El Zapatismo y la Red Transnacional". *Razón y Palabra* 10, no. 47. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520655008>.
- Rovira, Guiomar. 2009. *Zapatistas sin Fronteras: las redes de solidaridad con Chiapas y el Altermundismo*. México: Ediciones Era, UAM-Xochimilco.
- Santos, Boaventura de Souza. 2007. "Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolitas subalternas". In *El derecho y la globalización desde abajo*, (ed. Boaventura de Souza Santos e Cesar Rodríguez Garavito). 31-60. España: Anthropos Editorial.
- Schiltter, Jaime. 2012. *¿Lekil Kuxlejal como horizonte de lucha? Una reflexión colectiva sobre la autonomía en Chiapas*. Dissertação, CIESAS-Sureste.
- SCI Marcos. La Cuarta Guerra Mundial. *La Jornada*, out. 2001. <https://davidvelasco.files.wordpress.com/2008/11/marcos4taguerramundial.pdf>
- SCI Marcos. 2003a. "¿Cuáles son las características fundamentales de la IV Guerra Mundial?". *Revista Rebeldía* 4, <http://www.cedoz.org/expo/pdf/LaIVGuerraMundial.pdf>.
- SCI Marcos. 2003b. "La treceava estrella, parte 1: Un Caracol". [https://komanilel.org/BIBLIOTECA\\_VIRTUAL/treceava\\_estela.pdf](https://komanilel.org/BIBLIOTECA_VIRTUAL/treceava_estela.pdf)
- Sjoberg, Laura. 2017. "Undisciplined IR: thinking without a net". In *What's the point of international relations?* (Ed. Dyvik, Synne L.; Selby, Jan; Wilkinson, Rorden). Taylor & Francis.



Starr, Amory; Martinez-Torres, Maria Elena e Peter Rosset. 2011. “Participatory Democracy in Action: Practices of the Zapatistas and the Movimento Sem Terra”. *Latin American Perspectives* 176, no. 38: 102-119.

Zalewski, Marisya. 1996. “All these theories yet the bodies keep piling up’: theory, theorists, theorising. International theory”. In *International theory: positivism and beyond*. (Ed. Smith, S., Booth, K. & Zalewski, M), Cambridge University Press.